

Novas faces das pirâmides financeiras no Brasil: o golpe dentro do golpe

Regina Fernandes (*)

São crescentes no Brasil os golpes chamados de pirâmide financeira

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) informou recentemente ter encaminhado cerca de 260 comunicados de indícios criminosos ao Ministério Público até o mês de setembro último, um recorde nos últimos cinco anos. A Comissão também aplicou R\$ 926,1 milhões em multas no período. Desse total, 139 comunicados são relativos a formações de pirâmides financeiras. Apenas no terceiro trimestre, foram 36 esquemas de pirâmide detectados pelo órgão regulador.

Os números refletem que, em que pese a prática de pirâmide financeira ser proibida e configurar crime, os golpistas não estão intimidados com as ações das autoridades.

Tal fato ocorre em virtude do advento das criptomonedas que, com seu crescimento exponencial e volatilidade de rendimentos, abriu um caminho fértil para golpistas “fisgar” vítimas sob a promessa de retorno expressivo de dinheiro em um curto espaço de tempo.

Com modos usuais, as pirâmides financeiras e esquemas “Ponzi” costumam ter fases comuns que iniciam com uma euforia quando o número de investidores está crescendo, e os mais antigos estão sacando, passando por uma segunda fase, onde os investimentos se estabilizam e a empresa começa a atrasar os saques. Uma terceira fase ocorre quando o golpista não consegue pagar os resgates e cria justificativas, como problemas operacionais e até ataques de hackers ou desvios de recursos.

Já numa quarta fase, o golpista vai enrolando os investidores e afirma que os valores serão pagos, mas os problemas operacionais não permitem, então ele pede mais uma semana, um mês ou alguns dias, desembocando em uma fase final. É quando existe uma admissão de quebra e o criminoso oferece um contrato de confissão de dívida para o investidor, dando a ilusão que a vítima terá uma garantia de que receberá o dinheiro de volta. Esse são os caminhos do golpe.

Porém, recentemente, foram identificados em vários esquemas fraudulentos, com uma nova fase, uma espécie de “spin off” do golpe, onde se aproveitando da possibilidade de converter milhões de reais em criptomonedas, o vigarista consegue sair do país com uma fortuna em um

pendrive, deixando contas vazias para burlar execuções judiciais dos credores, que não obtêm êxito na sua pretensão.

Nessa nova etapa, ao invés de finalizar com um termo de confissão de dívidas, dando a ilusão de uma garantia de recebimentos para as vítimas que nunca receberão, os golpistas anunciam um acordo como uma forma de inibir ações judiciais. A narrativa deste acordo, geralmente, vem acompanhada de ataques aos advogados das vítimas, que são colocados como os grandes culpados pelas dificuldades de não se efetuarem os pagamentos.

A partir daí, os golpistas iniciam uma grande divulgação de pequenos pagamentos, ínfimos no montante da dívida, mas com muito marketing para demonstrar boa-fé, inclusive para as autoridades. Muitos desses pagamentos são feitos a membros da própria organização que tem como trabalho divulgar ao maior número de pessoas que a promessa esta sendo cumprida. Como uma anestesia generalizada, esse golpe dentro do golpe tem um efeito imediato nos credores que mais uma vez se tornam vulneráveis, mesmo estranhando o fato de não estarem na lista dos que tiveram a dívida liquidada.

Diante desse estado de letargia cercada por muito marketing, os golpistas se aproveitam para oferecer uma nova oportunidade de negócios, sem mesmo honrar os compromissos antigos, uma plataforma mundial que irá revolucionar o mercado e que com investimentos nesse novo negócio, os rendimentos contribuirão para a quitação total da dívida. Como um ciclo infinito que se retroalimenta, o golpe volta pra primeira fase, e tudo se reinicia numa enorme euforia coletiva até chegar novamente a fase do caos e desespero, onde famílias são devastadas pela perda de economias de toda uma vida.

É urgente a necessidade de um basta nessa situação e para a obtenção de resultados práticos devem ser adotadas medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, perdimento do proveito do crime, impedimento de atividade, além de requisição de força policial, evitando que o ciclo se reinicie e perdure devastando economias de maneira criminosas.

(*) - Advogado especialista na área criminal, é Conselheiro Estadual da Anacrim e sócio do escritório Calzans & Vieira Dias Advogados, com atuação na defesa de vítimas de fraudes financeiras.

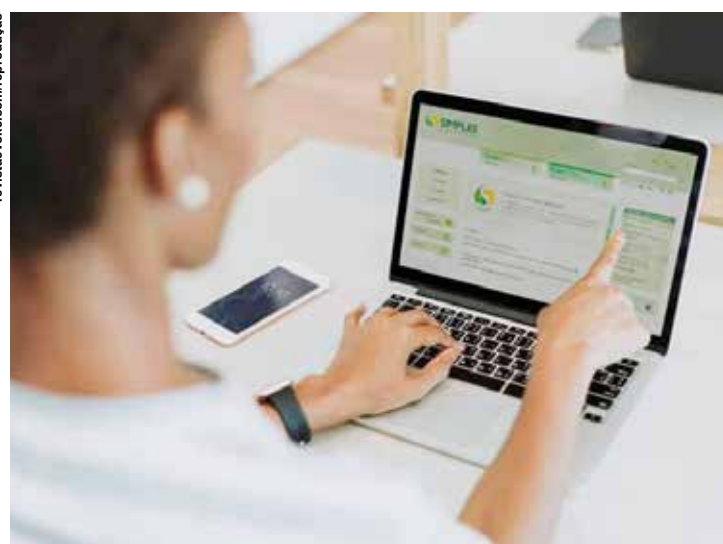
Simple Nacional 2021 – Adesão vai até o final do mês

As empresas que querem optar pela adesão ao Simples Nacional para 2021 devem correr, pois tem até o próximo dia 31 para realizar essa opção e, uma vez deferida, produzirá efeitos a partir do primeiro dia do ano calendário da opção

“Se a pessoa fizer a opção e houver algum tipo de restrição terá que ajustar até o fim de janeiro. Porém, se deixar para a última hora, as ações para ajustes serão praticamente impossíveis”, explica Welinton Mota, diretor tributário das Confirp Consultoria Contábil, que lembra que o programa é bastante atrativo na maioria dos casos.

Assim, antes de aderir ao Simples Nacional é necessário a eliminação de possíveis pendências que poderiam ser impeditivas para o ingresso ao regime tributário, como débitos com a Receita. A opção pode ser feita pela internet no site: (www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional). É importante lembrar que as empresas de serviço também podem aderir ao sistema simplificado de tributação.

O atual teto de faturamento para empresas do Simples Nacional é de R\$ 4,8 milhões por ano, mas com uma res-



As empresas que querem optar pela adesão ao Simples Nacional para 2021 devem correr.

salva: o ICMS e o ISS serão cobrados separado do DAS e com todas as obrigações acessórias de uma empresa normal quando o faturamento exceder R\$ 3,6 milhões acumulados nos últimos 12 meses, ficando apenas os impostos federais com recolhimento unificado.

Para adesão ao Simples Nacional é necessário o planejamento tributário, já que para muitas empresas essa opção não se mostra

tão vantajosa. Exemplo são as empresas de serviços que se encaixam no Anexo VI. “Segundo estudos da Confirp, para algumas empresas essa opção não é positiva. Podendo representar em aumento da carga tributária, apesar da simplificação dos trabalhos”, explica Welinton Mota.

Assim, a recomendação é para todas as empresas buscarem o mais rápido possível por uma análise tributária.

Você já viveu o suficiente?

Carlos Wizard (*)

Estava em Brasília e fiquei surpreso quando ouvi a pergunta do título acima. Respondi que, embora seja uma pessoa super disciplinada, algumas coisas não temos como controlar e que acredito que o tempo de vida de cada um é determinado por Deus. Em seguida indaguei: Mas por que essa pergunta?

Então minha interlocutora, a dra. Nise Yamaguchi – paranaense como eu e uma das médicas mais renomadas do Brasil, respondeu: Acabei de completar 60 anos e estou me programando para viver mais 60 anos. Desde que ouvi suas palavras, essa afirmação habita meus pensamentos. Lamentavelmente, muitas pessoas, ao atingir seus 60 anos, pensam: Já vivi o suficiente! Não espero mais nada da vida e não vejo hora de me aposentar. Já estou pronto para partir dessa pra outra.

Por outro lado, essa admirável senhora nos dá uma lição de otimismo, cidadania e de valorização da vida. Ela justifica sua programação mental dizendo que a saudabilidade, o bem-estar e a qualidade de vida são, em primeiro lugar, uma questão de escolha. Depois ressalta que a longevidade é uma tendência mundial. As pessoas estão valorizando cada vez mais a reeducação alimentar e atividades físicas.

Simultaneamente, as descobertas tecnológicas na área médica estão cada vez mais avançadas. O conjunto desses fatores nos leva a aceitar a sugestão da dra. Nise e a acreditar que, de fato, podemos nos programar emocional e fisicamente para termos uma vida mais longa de que nossos antepassados. A reflexão acima me ajudou a começar o ano novo com uma nova atitude mental, uma renovação de anseios e uma perspectiva de vida mais ampla. Encerro este texto com a mesma pergunta: E você, até quando pretende viver?

Desejo desde já que você possa fazer os ajustes necessários em seu dia a dia, para assim, desfrutar de uma vida mais abundante e plena.

(*) - É empreendedor social, professor, escritor e fundador do projeto social Brasil do Bem.

Rastreabilidade na pecuária para atender às exigências do mercado europeu

As exportações da carne bovina devem crescer neste ano. A expectativa da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) é que, mesmo diante da pandemia do novo coronavírus, a indústria deva alcançar uma alta de cerca de 12% em volume e 13% em faturamento. No período de 2000 a 2019, as vendas internacionais tiveram um crescimento de 421%, resultante da abertura do mercado chinês, maior produtividade brasileira, melhoria na qualidade da carne e valorização do dólar frente ao real.

Embora exista a perspectiva de uma expansão de vendas para o mercado externo, há fatores que podem interferir nos resultados positivos ano a ano, como as questões relacionadas à segurança sanitária, ao meio ambiente e à transparência sobre a origem do gado. Um exemplo é a não inclusão de fornecedores indiretos nos sistemas de monitoramento da cadeia de fornecimento, que ocasiona riscos desnecessários às empresas e insegurança para os investidores e consumidor final.

Um dos principais mercados globais é a União Europeia. Recentemente, o Bloco anunciou que, no começo de 2021, pretende discutir novas regras relacionadas ao desmatamento, aumentando a pressão contra a prática no Brasil. Isso significa que será necessária a comprovação de que os produtos vendidos no Bloco não têm ligação com a destruição de biomas como a Amazônia e o Cerrado.

Ainda nesse cenário, o acordo de livre comércio entre a UE e o Mercosul, firmado no ano passado, após 20 anos de negociações, ainda não foi concluído. Em outubro, o Parlamento Europeu ratificou, por meio de uma resolução, sua posição



Será preciso comprovar que os produtos não têm ligação com a destruição de biomas como a Amazônia e o Cerrado.

contrária à aprovação desse acordo, porque, segundo o texto, o “Brasil está violando os compromissos feitos no Acordo de Paris, particularmente no combate ao aquecimento global e na proteção da biodiversidade”.

Com isso, parte dos países do bloco europeu, como Áustria, Bélgica, França e Holanda, anunciaram, nos últimos meses, restrições ao acordo alegando problemas ambientais no Brasil. Ademais, para atender às metas do Acordo de Paris, incluindo limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, a União Europeia estabeleceu políticas e diretrizes para conter o aquecimento global, o chamado Acordo Verde.

A maioria dos países pertencentes ao bloco está inserindo em seus programas de recuperação econômica a questão da sustentabilidade ambiental, que engloba a descarbonização de atividades econômicas, a implantação de conceitos de circularidade e um maior rigor quanto às ações que podem impactar ainda mais o meio ambiente. Essa tendência de priorizar a sustentabilidade também é vista em outras nações fora da UE.

É importante lembrar que a UE é uma referência na área de alimentos considerados premium, que possuem maior valor agregado e são importantes para compor o portfólio

“Se a carga tributária for menor ou até mesmo igual, com certeza será muito vantajosa a opção pelo Simples, pelas facilidades que proporcionará para essas empresas”, finaliza o diretor da Confirp. Para as empresas que já são tributadas no Simples, o processo de manutenção é automático. Ponto importante é que neste ano as empresas com débitos tributários não serão excluídas da tributação.

Contudo existem fatores que podem excluir a empresa: se, durante o ano-calendário, as despesas pagas superarem a margem de 20% em comparação aos lucros no mesmo período, com exceção do primeiro ano de atividade; se, durante o ano-calendário, o valor investido na compra de mercadorias para a comercialização ou industrialização for superior a 80% em comparação aos rendimentos do mesmo período, também com exceção do primeiro ano de atividade. Fonte: AI/Confirp Consultoria Contábil.

de produtos voltados à exportação. Em 2019, foram exportadas aproximadamente 180 mil toneladas de carne. Frente a esse cenário, o Grupo de Trabalho dos Fornecedores Indiretos (GTFI) tem buscado contribuir para o avanço de soluções viáveis e modernas na pecuária brasileira, garantindo a inclusão dos fornecedores indiretos nos sistemas de gerenciamento da cadeia de suprimentos.

Considerado o principal fórum de discussão sobre o monitoramento de fornecedores indiretos na cadeia produtiva da carne bovina no Brasil, o GTFI reúne os diversos stakeholders do setor para discutir soluções de rastreabilidade, monitoramento e transparência com foco no controle do desmatamento em fornecedores indiretos.

Ao realizar a inclusão dos fornecedores indiretos nos sistemas de monitoramento, como resultado, é possível elevar o grau de transparência e conhecer as diferentes etapas de produção, definindo a origem do gado. Desse modo, a indústria brasileira consegue atender aos padrões sociais e ambientais europeus e mundiais, com a possibilidade de expansão de vendas para o mercado de carne premium.

Fonte e mais informações: (http://gtfi.org.br/).

Gás de cozinha sobe mais que o dobro da inflação

Depois da inflação dos alimentos, o brasileiro enfrentou uma nova pressão sobre os preços no fim de 2020. O gás de cozinha encareceu o ano passado com alta de 9,24%, segundo o IPCA, divulgado pelo IBGE. Isso representa mais que o dobro da inflação de 4,52% registrada no ano passado. Usado principalmente pelas famílias mais pobres, que vivem em domicílios com menos estrutura, o gás de cozinha terminou em alta na comparação com outros tipos de derivados de petróleo.

O gás encanado, usado pelas famílias de maior renda, terminou 2020 com recuo de 1,29%. O gás veicular fechou o ano passado com alta de 1,66%. Atualmente, o preço do botijão de 13 quilogramas (kg) custa entre R\$ 59,99 e R\$ 105, com preço médio de R\$ 75,04, segundo o levantamento semanal da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). No início da pandemia da Covid-19, o preço médio estava em R\$ 69 (ABR).